

## O SINO TOCA HISTÓRIAS: ESTUDO SOBRE A CAPELA DE SANTA RITA DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA VILA DO PRÍNCIPE, COMARCA DO SERRO DO FRIO, MINAS GERAIS, 1745-1821

### Resumo

O estudo histórico sobre a capela de Santa Rita pretende demonstrar como o gesto pedagógico colonial perpassava a vida de homens e mulheres fiéis devotos no século XVIII, em que se ensinavam devoções e se aprendiam formas de sociabilidades. A capela foi erguida em torno de 1745 e se tornou um dos maiores símbolos da cidade na atualidade, reconhecida como patrimônio nacional em 1938 pelo Iphan. A metodologia usada para este estudo centra-se na pesquisa bibliográfica, documental e da análise dos sinos da capela a fim de descrever o cotidiano dos devotos e da população serrana em torno deste templo religioso. O resultado apresentado é uma descrição do cotidiano colonial, suas devoções e festas, bem como aponta para o gesto pedagógico colonial como conceito fundamental para a compreensão deste período da história nacional.

Palavras-chave: Brasil colônia, Comarca do Serro do Frio, Vila do Príncipe, gesto pedagógico colonial, História cultural.

### Abstract

The historical study of the chapel of Santa Rita intends to demonstrate how the colonial pedagogical gesture crossed the lives of devout faithful men and women in the 18th century, in which devotions were taught and forms of sociability were learned. The chapel was built around 1745 and has become one of the greatest symbols of the city today, recognized as a national heritage site in 1938 by Iphan. The methodology used for this study focuses on bibliographical, documentary research and the analysis of the chapel's bells in order to describe the daily life of the devotees and the mountain population around this religious temple. The result presented is a description of colonial daily life, its devotions and parties, as well as pointing to the colonial pedagogical gesture as a fundamental concept for understanding this period of national history.

Keywords: Colony Brazil, Serro do Frio County, Vila do Príncipe, colonial pedagogical gesture, Cultural history.

### Introdução: o gesto pedagógico colonial de construir capelas

A construção de um templo para os ofícios divinos e sagrados era para os católicos do período colonial o fundamento de sua expressão de fé e de vida comunitária. Os ranchos, pousadas ou núcleos primitivos iniciavam-se em torno de uma lavra de ouro com uma ermida provisória. Em torno dessa ermida formaram-se os arraiais e cresciam as vilas. As minas do Serro do Frio começaram em torno da devoção a Santo Antônio em 1702, mas em pouco tempo a figura maternal de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Portugal, se confirmou, o que ficou claro com a criação da paróquia que levou o seu nome.

O objetivo deste estudo da construção capela de Santa Rita na Vila do Príncipe é esclarecer como o gesto pedagógico colonial criou seus símbolos e representações e em torno deles fez prosperar suas devoções e costumes, suas crenças e civilidade. Já vimos anteriormente que o padre

é um ícone fundamental para a constituição do gesto pedagógico colonial serrano. Mas o padre ocupava um espaço reservado para sua atuação, território sagrado de sua autoridade, em que somente ele desempenhava suas funções, em torno de seu sacerdócio, com suas autorizações próprias. Todo padre – fosse ele religioso ou secular – precisava de um templo para sua atuação. Assim, a comunidade que tinha padre erguia sua ermida, capela ou matriz assim como quem se casava constituía seu novo domicílio. Busca-se evidenciar que o gesto pedagógico colonial se expressou nas complexas formas de habitabilidade, na refinada capacidade de definir as formas construtivas, os seus materiais de acordo com a prospecção dos mesmos próximos das igrejas ou da forma de fazê-los chegar ao lugar da obra, na escolha do lugar onde instalar os edifícios, marcando a urbanidade da povoação iniciada como arraial e rapidamente elevada a vila. De fato, nossa convicção é de que a constituição ontológica do sujeito se expressa na sua forma de construção, no uso que pretende dar para sua casa ou para seus templos. Evidente é que há nessas relações entre pensamento e obra, sujeito e objeto – seja ele uma casa templo ou a cidade – tensões e conflitos, indefinições e documentos norteadores. No caso das primeiras construções para os ofícios divinos serranos evidencia-se uma forte herança cultural e religiosa das populações chegadas às minas do Serro do Frio: paulistas devotos de Santo Antônio, de Nossa Senhora da Conceição, de Santana Mestra, herdeiros do ambiente católico português dos primeiros séculos de colonização brasileira; somam-se a este estilo de devoção outras tantas implicações de ordem prática, como a presença dos padres – fossem eles religiosos ou regulares ou seculares ou diocesanos – que de certa maneira operavam como disciplinadores dessas primeiras construções.

As igrejas serranas são obras coletivas, não a decisão de um padre, um vigário, um bispo ou do papa. Por isso, muitas técnicas foram utilizadas para dar conta da construção adequada aos costumes e à vida e aos materiais disponíveis no território serrano afim de ter sucesso das edificações religiosas, surgidas como expressão da diversidade cultural desse povo buscando sua melhor forma de habitabilidade. Assim entendemos que o templo era não apenas um adorno na civilização nascente às margens do rio do Lucas e Quatro Vinténs, antes, era uma necessidade da expressão da teatralidade da existência ainda com jeito barroco, marcado profundamente pela exterioridade. Um templo quando erguido era a exteriorização da alma desse povo, dividido profundamente entre o medo e a coragem, a fé e a razão, o mundano e o sagrado, o céu e o inferno, o masculino e o feminino, entre as luzes e as trevas. Contudo, onde queremos encontrar linearidade explicativa com uma simplificação da relação causa e efeito (ser e habitar, nesse caso), verificamos que o restou dos templos atuais é uma misturada de várias temporalidades, ou dito de outra forma, de várias formas de expressão do gesto pedagógico colonial. As igrejas levavam anos para ficarem

prontas. Quando estavam prontas, começavam a ruir prontamente. Das ruínas surgia outra forma, reformada, mais ou menos iluminada, mais ou menos dourada, mais ou menos barroca ou rococó. As devoções modificaram-se de acordo com a necessidade das pessoas, do patrimônio opulento ou empobrecido das irmandades, dos fenômenos naturais como o terremoto de Lisboa de 1755, que introduziu novas festas e crenças, uma delas o Anjo Custódio, do momento político e econômico, da atuação dos vigários com suas crenças e necessidade litúrgicas e pastorais das dioceses e de Roma, da proibição ou permissão do sepultamento no interior dos templos. Isso tudo fez surgir templos marcados por temporalidades múltiplas, com a expressão das necessidades existenciais dos mais diversos matizes, com técnicas variadas de acordo com o uso dos materiais disponíveis na região serrana e as dificuldades para seu acesso e transporte, como a madeira e a pedra sabão. Destacamos que o gesto pedagógico colonial de construção dos templos sagrados necessitou de oficiais mecânicos que ofertavam seus serviços e eram remunerados basicamente pelas irmandades leigas, com certa autonomia para exercitarem sua arte. Assim, o risco ou arquitetura das edificações religiosas sofreu mudanças com o passar do tempo. Talvez encontremos um ou outro legado mais próximo dos primeiros habitantes das minas do Serro do Frio, especialmente as imagens em madeira policromada; uma pia batismal que serviu para este ritual desde os primeiros anos no templo; uma ou outra pintura que nos remeta às formas de ver o mundo dos primeiros serranos. Isso é raro. O que prevaleceu do gesto pedagógico colonial foi a mudança constante na arquitetura por ruína das construções ou parte delas, pela acelerada decomposição da madeira exigindo sua troca nos retábulos, altares e campas, nos ornamentos recriados, na pintura renovada por outras mãos, no douramento descascado, nas devoções antigas e novas, nos rituais, nos objetos. É a marca da habitabilidade serrana em seus templos sagrados: o material é perecível e finito como o corpo, o que imaterial é para sempre, como a alma.

Distanciando-nos de uma abordagem dos templos religiosos serranos a partir de suas técnicas construtivas e seus múltiplos materiais, ou de uma prerrogativa de datação da sua fase artística – barroco, rococó e neoclássico – o que nos interessa é identificar pontos relevantes demonstrativos do gesto pedagógico colonial. Para isso, retomamos a classificação da periodização do gesto pedagógico colonial em dois momentos, ou seja, o do Antigo Regime de 1702 até 1750 e do iluminismo ou despotismo esclarecido português de 1750 até 1821. Com isso, mantemos nossa busca pela revelação das formas de conviver e se relacionar no território serrano, entre autoridades e autorizações, violência e violação, devassas e devassidão, normal e marginal, corpo e alma e entre aprendizados e ensinamentos. O documento norteador para toda nossa discussão sobre a edificação das matrizes serranas e suas capelas filiais é o que determina as *Constituições*

*Primeiras do Arcebispado da Bahia*, livro fundamental para a compreensão do universo católico serrano, publicado em 1707 e adotado tanto pela Diocese do Rio de Janeiro à qual pertenceu administrativamente a paróquia de Nossa Senhora da Conceição de 1702 até 1745 e a Diocese de Mariana a partir de 1745. Por isso, diferentemente do que que normalmente fizeram os memorialistas, historiadores e pesquisadores da arte sobre os templos religiosos serranos, acreditamos que toda nossa discussão deve começar pelo estudo das *Constituições*, que de fato é a legislação diocesana sobre o tema das obras dos templos. Para que a paróquia serrana se estabelecesse era necessário cumprir as regras regimentais em relação à posição e edificação dos templos, bem como de seus cemitérios, altares e irmandades. Trata-se de reconhecer a normatização presente nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, de 1707, em especial no seu Título XVIII, Da edificação e reparação das igrejas paroquiais, nos seus números 687, 688 e 689, válido para o erguimento dos edifícios religiosos – seja norteados por ele, seja em negociação para que fosse flexibilizado. O número 687 estabelece que:

Conforme o direito canônico, as igrejas devem fundar e edificar em lugares decentes e acomodados, pelo que mandamos que, havendo-se de edificar de novo alguma igreja paroquial em nosso arcebispado, se edifique em sítio alto e lugar decente, livre da umidade e desviado, quanto for possível, de lugares imundos e sórdidos, e de casas de particulares e de outras paredes, em distância que possam andar as procissões ao redor delas, e que se faça em tal proporção que não somente seja capaz dos fregueses todos, mas ainda de mais gente de fora, quando concorrer às festas, e se edifique em lugar povoado onde estiver o maior número de fregueses. E quando se houver de fazer, será com licença nossa. E feita vistoria, iremos primeiro, ou outra pessoa de nosso mandado, levantar uma cruz no lugar aonde houver de estar a capela maior, e se demarcará o âmbito da igreja e adro dela (VIDE, 2010, p. 393-394).

As normas do número 687 são muito importantes, pois orientam sobre a salubridade dos templos, ordenando que a matriz seja no alto dos povoados, arraiais e vilas. Isso diz respeito à ventilação e à insolação, criando um ambiente agradável para os fiéis, longe da umidade e o mais possível isolado de outros edifícios oficiais ou casas particulares, sendo construída o mais perto possível de onde houvesse o maior número de fregueses ou paroquianos, para facilitar o ajuntamento popular, fizesse sol ou chuva. A orientação prossegue no número 688:

As igrejas paroquiais terão capela maior e cruzeiro, e se procurará que a capela maior se funde de maneira que, posto o sacerdote no altar, fique com o rosto no oriente, e não ser, fique para o meio dia, mas nunca para o norte, nem para o ocidente. Terão pias batismais de pedra e bem vedadas de todas as partes, armários para os santos óleos, pias de água benta, um púlpito, confessionários, sinos e casa de sacristia. E haverá no âmbito e circunferências dela adros e cemitérios capazes para neles se enterrarem os defuntos, os quais adros serão demarcados por nosso provisor e vigário-geral, como acima fica dito, e os autos dessa demarcação se guardarão no nosso cartório, e o traslado no cartório de cada uma das igrejas (VIDE, 2010, p. 394).

## HISTÓRIA E CULTURAS

A arquitetura dos templos sagrados era determinada por sua capela-mor e cruzeiro, ou seja, o altar principal da igreja ou capela onde se colocava ou entronizava a imagem do padroeiro ou da padroeira e para o qual ficava virado antigamente o sacerdote no momento de dizer a missa – o conhecido antigamente como “o padre ficava de costas” para o povo ou assembleia, ao contrário dos dias atuais – devendo seguir uma regra básica que era jamais estar virado para o norte geográfico. No mais, são obrigatórios os objetos do templo como armários para santos óleos, as pias de água benta para passar na cabeça em sinal da cruz, um púlpito para os sermões ou homilias, único momento em que o padre falava a língua do povo e não a declamação do latim, confessionários para o sacramento da confissão, os sinos e a sacristia, lugar onde o padre se paramentava e entrava no altar-mor. Além disso, os sepultamentos deveriam acontecer no adro do templo, delimitado como campo santo. Isso não impediu, por exemplo, que o costume de sepultamento nas campas no interior da igreja matriz e suas capelas fosse gesto pedagógico colonial serrano recorrente, até a proibição oficial por questões sanitárias no século XIX. Por fim, o número 689 determinava que o patrimônio das igrejas fosse anterior à edificação dos templos, os chamados dotes, ou doações de seus fiéis, a fim de comporem as chamadas fábricas paroquias ou patrimônios de capelas. Eram recursos financeiros previstos para a construção e manutenção dos edifícios religiosos, no caso serrano, advindos das irmandades com suas joias ou taxas para matrícula ou ingresso, bem como suas mensalidades. O dinheiro do dote seria fundamental para a opulência dos templos:

E não tratamos aqui do dote que é preciso tenha cada uma das igrejas paroquiais, porque, como todas as deste arcebispado, pertencem à Ordem e Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo, de que Sua Majestade, é perpétuo administrador, tem o mesmo Senhor com muito católica providência mandado pagar pontualmente, e vão na folha os dotes das igrejas, que é seis mil réis e cada igreja, e oito para as que estão em vilas, assim como muito liberal mão como tão zeloso e católico rei manda dar grossas esmolas, assim para a edificação como para a reedificação das ditas igrejas (VIDE, 2010, p. 394).

Portanto, o regulamento das *Constituições* joga por terra a ideia de que as povoações mineiras dos séculos XVII e XVIII eram totalmente improvisadas em seu crescimento urbano, construindo suas casas e edifícios religiosos de maneira desordenada, ao seu bel prazer. Havia normas para a edificação dos edifícios religiosos e o que podia ou não ter no seu entorno, qual o lugar preferível a outros. O fato de a capela de Santa Rita ter sido edificado no alto da Vila do Príncipe e ter se tornado seu maior símbolo da atualidade com suas escadinhas, é uma oportunidade de compreender a mentalidade devocional colonial brasileira (Fig. 1 e 2).

# HISTÓRIA E CULTURAS



FIGURA 1 – Capela de Santa Rita, cerca de 1938, com seu adro ainda com cruzeiro e coreto. Fonte: ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN SEÇÃO RIO DE JANEIRO.



FIGURA 2 – Capela de Santa Rita, cerca de 1942, vista da Vacaria. Fonte: ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN SEÇÃO RIO DE JANEIRO.

## Capela de Santa Rita, 1745

A construção e funcionamento da capela de Santa Rita desde os primeiros anos da Vila da paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Vila do Príncipe nos permite aprofundar o gesto pedagógico colonial em torno da devoção religiosa popular e o que ele tem de jeito barroco serrano de ser.

O relato mais antigo das obras da capela encontrava-se registrado no livro de vereações do Senado da Câmara de 1745, atualmente desaparecido. Quem transcreveu este assento oficial foi o dr. Dario, em que se lê apenas: “quanto à *Santa Rita* consta da vereação a 1º de novembro de 1745 ‘que o procurador da Irmandade de Santa Rita pediu ao Senado uma esmola para os ornamentos da capela’ e o Senado deu-lhe 20 oitavas. Logo a capela estava recentemente edificada ou estava se ultimando” (SILVA, 1928, p. 46, grifos do autor). Por essa breve descrição e com o auxílio de outros documentos relativos à ereção de irmandades, em especial as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, podemos analisar o processo de edificação e funcionamento do templo no cotidiano serrano.



## HISTÓRIA E CULTURAS

No primeiro momento, no interior das relações do padroado, o vigário da paróquia serrana Simão Pacheco deve ter orientado os irmãos de Santa Rita a apresentarem ao Senado da Câmara o pedido de esmolas para a finalização da ornamentação do templo. Anterior a esse movimento de comunicar aos vereadores a decência do templo para o culto divino em 1745, deve ter sido encaminhado um pedido aos mesmos oficiais solicitando a gratuidade do aforamento, ou seja, a isenção da taxa de licenciamento para a construção. Temos aqui duas questões: por um lado, o terreno podia, de fato, pertencer ao governo da vila, tratando-se de terra devoluta ou sem uso, havendo concessão oficial para a edificação; por outro lado, o terreno podia ter proprietário ou proprietária que doou o mesmo oficialmente para a irmandade para exercer sua devoção. Junte-se às duas possibilidades de doação do terreno, outra, de pagamento de promessa de um devoto ou devota de Santa Rita. Uma personagem muito comum nos documentos da segunda metade do século XVIII é a proprietária de terras nos caminhos do Corte para a Santa Rita.

Trata-se de d. Rita de Godoy. Por conta de constantes vendas de seus terrenos no alto da Vila do Príncipe podemos levantar a hipótese de que ela ou um parente mais antigo – provavelmente uma tia ou a própria mãe – tenha doado o terreno para a construção da capela. Soma-se a isso o fato muito particular de que seu nome seja também Rita, assim como a santa homenageada. Segundo Silva (1928. p. 48-49), mapeando o crescimento da Vila do Príncipe para os lados da encosta norte acima, ou seja, da rua do Corte ou dos currais do Concelho (matadouro público de gado), para a Vacaria (onde foi construído o cemitério público em 1884) e para a rua Rita de Godoy, em direção da capela, coloca a questão da seguinte forma:

*A Vacaria?* Não é o nome muito antigo. Nos papéis da Câmara se diz *rua do Monte*, rua para o *Rosário*, rua *Rita de Godoy* e só ultimamente recebeu esse nome. Pelo nome parece que mais antigamente era um campo destinado ao repouso do gado do corte e às vacas leiteiras. A tradição oral e escrita colocaram sempre a matança de gado e o *corte* por aí. No

# HISTÓRIA E CULTURAS

alto tinha uma boa casa de Dona Rita de Godoy, de família paulista notável<sup>1</sup>; era Dona Rita porém mais falada por ter grandes ventas de nariz:

*Quem quiser pilar canela  
e não tenha almofariz  
peça à Rita de Godoy  
uma venta do nariz.*

A quadra custou ao poeta uma sova de pau, mais dolorosa que os versos.

Se a negociação do terreno da capela de Santa Rita foi ou não realizada com a d. Rita de Godoy ou um de seus parentes, não conseguimos avançar além das suposições, objetivamente por falta de documentos.

Há outra questão importante que diz respeito à irmandade de Santa Rita. Nada foi encontrado a não ser a referência do dr. Dario ao primeiro momento de funcionamento do templo em 1745. Contudo, sabemos que a irmandade leiga nesse contexto era uma garantia de patrimônio para a capela, com suas mensalidades e o gerenciamento do imóvel, ou seja, os seus cuidados específicos de construção, manutenção e cultos divinos, além, evidentemente dos sepultamentos em suas campas. Por se tratar de uma capela distante dos fregueses no século XVIII por ocasião de sua construção, é de se admitir a hipótese de uma capela de funcionamento bastante irregular, com poucos rendimentos. Junte-se a isso o problema de seu acesso, feito até 1935, pelo beco lateral atual (chamado pelos antigos de beco da Santa Rita), da rua que dava no Gambá (atual rua Laerte de Vasconcelos), ou pela rua do Corte, por cima, uma vez que ainda não havia a escadinha atual, construída depois da desapropriação do prédio n. 9, da Praça da Cavalhada, nos primeiros anos do século XX.

O acesso à capela da Santa Rita fazia jus ao codinome de sua padroeira – santa dos milagres impossíveis. Chegar até o alto da Santa Rita era tarefa inglória para os paroquianos serranos. Ao que parece, outra tarefa foi ainda mais difícil para seus construtores: providenciar a encomenda da fatura dos sinos para a sua torre, um de seus mais importantes símbolos, até os dias atuais.

<sup>1</sup> A família Godoy é descrita na *Genealogia Paulistana* (LEME, 1903-1905, p. 3-47). Não há nenhuma Rita de Godoy que se encaixe na datação e localização do dr. Dario e documentos de Câmara. Assim, “teve começo esta família em Balthazar de Godoy, nobre castelhano, que veio a S. Paulo na segunda parte do século XVI em tempo do domínio de Castela no Brasil. Aqui casou com Paula Moreira filha do capitão-mor governador Jorge Moreira, natural do Rio Tinto, Porto, e de Izabel Velho. Vide a ascendência desta Izabel Velho em Tit. Garcias Velhos. Teve: Cap. 1.º Belchior de Godoy, Cap. 2.º Balthazar de Godoy, Cap. 3.º Gaspar de Godoy Moreira, Cap. 4.º João de Godoy Moreira, Cap. 5.º Maria de Godoy, Cap. 6.º Sebastião Gil de Godoy” (LEME, 1903-1905, p. 3). Essa descrição dos Godoy é seguida na *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica* (LEME, 1980, p. 141-169), sendo que uma Rita de Godoy surge como filha de Ana da Silva e seu segundo marido João de Godoy e Almeida, tendo sido casada com João de Matos Raposo (LEME, 1980, v. III, p. 157-158). Houve uma Rita Tomásia de Godoy – provavelmente parente próxima da Rita de Godoy do século XVIII – que participou como testemunha do casamento de seu irmão Dr. Antônio Tomás de Godoy em 10 de fevereiro de 1850 com d. Maria Flora de Vasconcelos Lessa; segundo Maria Eremita de Souza (APMES, Cad. 210, n.p.), esta Rita de Godoy foi casada sem filhos com Francisco de Paula Meireles, este filho do poeta Manuel Quintino de Araújo Meireles e d. Inês Maria da Conceição, nascida a 04 de dezembro de 1786, no Milho Verde. Pelo visto, temos uma sucessão de ritas na família Godoy. Uma delas deve ter sido a devota a doar o terreno para a construção da capela, uma vez que a devoção a Santa Rita acompanhou a história das mulheres Godoy.



Os sinos da capela de Santa Rita ao que parece nunca foram investigados pelos historiadores, especialistas ou arquitetos com profundidade, pois acreditamos que através deles podemos contar a história do templo de uma maneira mais segura, pois se trata de um objeto com data e muitas hipóteses relevantes para o conjunto do edifício e de suas reformas desde o século XVIII. Enquanto objeto com muitas informações sobre sua produção – local e data, por exemplo – eles esclarecerem algumas perguntas sobre o templo e colocam tantas outras para serem aprofundadas.

A primeira questão é que o sino maior, ou para ser mais exato, o de sonoridade mais grave, foi fundido na Bahia, em 1739, por Alexandre Ferreira da Rocha. O segundo, de sonoridade mais aguda, não tem inscrição de fundição e nem data de fabricação. Atendo-nos ao primeiro e maior sino, nele se encontra uma inscrição “IHS” (do latim *Iesus Hominum Salvatorem*; em português: Jesus Salvador dos Homens) entre dois losangos, abaixo uma cruz latina unida ao brasão oval em que se lê a inscrição em latim “Factum Ab Alexandre Ferreira a Rocha Bahiæ”, seguido de placa ou selo de ano de sua fundição, 1739, ladeado por dois losangos em formato de raios de sol (Fig. 3 e 4). Trata-se da identificação do sineiro ou fundidor Alexandre Ferreira da Rocha, ao que tudo indica reinol ou português que se mudou para Salvador/BA, responsável pela fundição de dois sinos em 1728 para a reforma da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, segundo estudos de Argolo (2014, p. 278):

Na reforma, introduziram-se várias janelas e as duas portas estreitas que ladeiam a principal, cujas bandas de madeira são as originais de 1657, que felizmente foram reaproveitadas. A obra da fachada só foi concluída em 1728, no mesmo ano da conclusão da parte superior da torre e da fundição dos três sinos, dois deles encomendados ao maior fundidor da cidade, Alexandre Ferreira da Rocha (\*Portugal? 16.. – † Bahia? 1700?). O sino maior traz a inscrição: “Factum ab Alexandre Ferreira da Rocha, Bahia, 1728”.

O sino maior e de sonoridade grave foi encomendado em Salvador<sup>2</sup>, à época capital do Brasil, provavelmente por algum procurador com autoridade de negociar em nome da irmandade de Santa Rita ou de algum benfeitor ou benfeitora; este procurador encarregou-se de comprar o utensílio para o templo serrano, ou seja, alguém em trânsito entre a Vila do Príncipe e Salvador

<sup>2</sup> Para Vendramini (1981) os sinos estiveram desde os primeiros tempos no território brasileiro, pois para os índios e os colonizadores, por exemplo, estabelecia-se rápida comunicação nas reduções e eram também objetos de troca com os portugueses. Dessa forma, os sinos passaram a fazer parte do universo cultural das povoações, arraiais, vilas e cidades, e “constituiu-se a verdadeira gazeta popular das cidades brasileiras, dando notícias de caráter religioso e civil, estimulando orações, comunicando óbitos, festas religiosas e até mesmo o toque de recolher” (BRASILEIRO; DANGELO, 2013, p. 40). Por outro lado, há ainda poucos estudos sobre os sinos e seus fundidores, o que de certa maneira pode ser explicado pelo fato da importação dos sinos do Reino, trazidos para a colônia, incentivando a indústria portuguesa em detrimento da colonial. Um dado relevante é que muitos sineiros fundiam seus sinos nas próprias capelas e matrizes, em serviço itinerante, por se tratar de objetos de difícil locomoção pelo seu peso e tamanho, os sineiros acabavam por instalar-se nas cidades fabricavam os sinos solicitados e partiam para outras cidades em busca de outros trabalhos de fundição.

ficou encarregado da encomenda da fatura do sino. Teria Alexandre Ferreira da Rocha<sup>3</sup> sinos para pronta entrega, ou trabalhava apenas por encomenda? Não sabemos. Se foi por encomenda, o sino marca a exata data de sua fatura em Salvador, 1739. Se foi comprado em pronta entrega, pode ter sido em data posterior a 1739.

A segunda questão que a existência do sino de Alexandre Ferreira da Rocha na torre da capela de Santa Rita desde sua primeira edificação nos ensina como gesto pedagógico colonial é que havia um comércio de objetos de ouro, prata e de bronze destinados aos templos religiosos bastante difundido no Brasil, apesar de toda a sua rusticidade no caso dos sinos. A fabricação do sino em Salvador e todo o processo envolvido na sua fundição, desde os materiais até os metais; o trânsito desse sino pelos caminhos da Bahia por mais de 1000 km por volta de 1739; a técnica de colocação do sino na torre, com o necessário conhecimento de seus encaixes e bom funcionamento; o cálculo preciso do risco (arquitetura) da torre sineira com os serviços de pedreiro e de carpinteiro, a fim de promover a harmonia das formas e proporções; em todo esse processo de colocação de um sino na torre foram necessários os mais diversos saberes para o seu sucesso.

A terceira questão é que o sino de 1739 está na torre até os dias atuais. Isso significa que o tamanho do edifício manteve-se muito parecido desde a sua colocação. Ao que parece, o templo não modificou sua posição de implantação no terreno por dois motivos: o primeiro, a posição exigida para o rosto do sacerdote no momento da missa segundo as *Constituições*, que o obrigava estar de frente para qualquer ponto que não fosse para o norte, quando dizia a missa no altar mor, de costas para a assembleia; o segundo, a noção de que os sinos deviam se comunicar com os fiéis para chamá-los para as missas, novenas, dias de festa e mesmo para os sepultamentos, necessitando estar de frente para o maior número de paroquianos, moradores em sua maioria próximos à matriz, no antigo arraial de Cima. Além disso, o sino precisava ser ouvido no arraial de Baixo, ponto mais distante da Vila do Príncipe na primeira metade do século XVIII. Isso é confirmado pelos especialistas em templos coloniais, quando consideram as sucessivas reformas ou restaurações pelas quais passaram o edifício, sem contudo, sugerir ou confirmar que houvesse mudança na estrutura no mesmo, “sendo provável que em decorrência das mesmas, tenha havido substanciais alterações externas e internas, inclusive a retirada de pisos de tribunas laterais que existiriam originalmente e dos quais ainda restam vestígios” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1995, p. 184). Pode-se afirmar, então, que a capela de Santa Rita permaneceu com sua estrutura original desde 1745 quando, efetivamente, foi consagrada oficialmente para os cultos divinos, recebendo a luz imperecível do Santíssimo Sacramento, símbolo inconfundível da presença no sacrário do Cristo consagrado.

---

<sup>3</sup> Ver: ALVES, 1976, p. 70.

## HISTÓRIA E CULTURAS

Em relação ao segundo sino (Fig. 5 e 6), o de sonoridade mais aguda, de menor tamanho, e que combinado com o primeiro, mais grave, faria um conjunto harmônico e agradável de badaladas a partir da torre sineira, não há sinal de seu fundidor. Ao que parece, trata-se de outro fundidor que usou a flor margarida de seis pétalas para enfeite ou distinção de sua obra, bastante rústica em comparação com a fundição do outro sino de autoria da oficina de Alexandre Ferreira da Rocha.



FIGURA 3 – Sino da capela de Santa Rita fabricado por Alexandre Ferreira da Rocha, 1739. Foto do autor.



FIGURA 4 – Detalhe do sino da capela de Santa Rita fabricado por Alexandre Ferreira da Rocha, 1739. Foto do autor.



FIGURA 5 – Sino menor da capela de Santa Rita de autoria desconhecida. Foto do autor.



FIGURA 6 – Detalhe da margarida de seis pétalas do sino menor da capela de Santa Rita de fabricante desconhecido. Foto do autor.

## Conclusão

Como conclusão, destacamos a inegável contribuição da capela de Santa Rita para a ocupação da encosta norte da Vila do Príncipe. Em torno dela, de seu adro, de sua irmandade, de suas festas e criou-se uma centralidade urbana de viés religioso, bem ao gosto do gesto pedagógico colonial e de seu jeito barroco serrano de ser profundamente marcado pela exterioridade e teatralização da vida social. Nesse sentido, o crescimento urbano serrano para os lados da capela da Purificação num primeiro momento, expandiu-se em direção da capela de Santa Rita, ao final do século XVIII, consolidando-se na segunda metade do século XIX. Nesse sentido, o Senado da

# HISTÓRIA E CULTURAS

Câmara buscou ordenar os aforamentos dos lotes, preferindo novas casas aos matos, como podemos ler nas entrelinhas de uma ação sanitária dos oficiais contra as epidemias ou andaços de 1780:

O juiz, os vereadores e o procurador que servimos no Senado da Câmara desta Vila do Príncipe e seu termo etc., pela presente nossa portaria mandamos ao almotacé atual João Luís Esteves que mande notificar a todos os moradores desta Vila sem exceção de pessoa alguma, para que façam fogueiras pelas ruas, queimando-se lenha ou ervas aromáticas, fazendo-as repartir em 5 ou 6 de modo que toque em cada noite a uns tantos conforme a quantidade deles *mandando também roçar todo o mato que houver pelos campos do Rosário e Santa Rita*, a fim de ser queimado nas ditas fogueiras em bem comum e para o efeito de temperar os ares pestíferos atualmente que estão acometendo os povos. Vila do Príncipe em Câmara, 3 de maio de 1780 (SILVA, 1928, p. 103, grifos nossos).

Neste mesmo ano de 1780, no dia 14 de agosto, o Senado da Câmara resolveu tomar uma de suas medidas de urbanização, promovendo a demarcação de algumas ruas, entre elas uma tal rua nova, ou seja, a atual rua do Corte que dava no caminho da Santa Rita: “a efeito de se demarcar e endireitar a dita Rua Nova, para conveniência dos moradores, e assim procedendo demarcaram quarenta palmos de largura desde a chamada Rua de Santa Rita e buscando-se o Rosário” (SILVA, 1928, p. 45). O endireitamento começou na Rua da Abadia (do Largo até a Rua do Corte), passou pelo Beco da Via – Sacra (que dava no Beco da Purificação) e passava pelo Beco da Purificação, sendo que as três vias de acesso davam na Santa Rita, seguindo a Rua do Corte.

No ano de 1812, o lançamento predial e tributário do Senado da Câmara registrou que na Vila do Príncipe havia 546 casas (SILVA, 1928, p. 50). O que chama a atenção é o número de casas no entorno da antiga capela de Santa Rita, com o segundo maior número de casas, conforme demonstra o quadro seguinte (Quadro 1), colocado em ordem decrescente de imóveis ou moradias:

QUADRO 1 – Lançamento imposto predial Vila do Príncipe - 1812

Local	Lado dir.	Lado esq.	Total
Gambá	50	46	96
Santa Rita	37	20	57
Rua de Cima	34	19	53
Rua Direita	21	26	47
Arraial de Baixo	14	22	36
Rua São José	25	09	34
Rua das Flores	15	18	33
Rua do Corte	12	19	31
Cavallhada	17	13	30
Rua da Cadeia	21	07	28
Rosário	13	14	27
Praia	11	12	23
Vasa Canudos	00	19	19
Vacaria	12	06	18
Pelourinho	03	08	11
Rua da Fundição	03	00	03
		Total	546

Fonte: SILVA, 1928, p. 50.

Por fim, uma análise das imagens existentes na capela de Santa Rita indica como nos séculos XVIII e XIX a devoção dos paroquianos que frequentavam o templo foi se alterando ou confirmando suas devoções. Das 11 imagens atualmente expostas no altar-mor e nos dois colaterais, encontramos 3 relativas à Nossa Senhora (Piedade, Carmo e Patrocínio), 4 de santas (Bárbara, Quitéria e duas Rita de Cássia) e 4 santos (Francisco, Gonçalo do Amarante, Januário e Sebastião).

Esta é a história devocional da capela, ou seja, a presença ou materialidade das imagens grandes ou pequenas, no camarim ou improvisadas no altar, dominando o altar-mor, mostram como os paroquianos frequentadores do templo lidavam com seus problemas existenciais. Como de costume, a presença de Maria nos altares indica a construção do imaginário devocional serrano em torno da noção de proteção e cuidado próprios à maternidade, havendo grande devoção mariana em busca de atenção pelas mazelas humanas.

A noção de que Maria era a principal intercessora das almas santas em sua passagem no purgatório fez com que surgisse o título de advogada dos pecadores. As santas Bárbara, Quitéria e a padroeira da capela Rita de Cássia, são modelos de santidade, de virgindade, martírio e esforço pessoais para alcançar a santidade passando pelo vale de lágrimas, a Terra; além disso, são intercessoras de causas consideradas impossíveis, e uma delas parece traduzir a necessária proteção divina contra as tempestades, raios e trovões, completada pela benção dos ramos no domingo de ramos, celebração da semana santa, ramo que deveria ser colocado atrás da porta principal e, em caso de necessidade, queimado para atrair a proteção do mais alto.

Os santos exercem o fascínio por suas biografias, como é o caso de São Francisco, um dos mais admirados pelos paroquianos serranos, um santo protetor dos homens e mulheres comuns; São Gonçalo do Amarante era apenas um beato, santificado pelos portugueses e entronizado na capela; e dois outros santos, Januário e Sebastião eram fundamentais para homens e mulheres que se dedicavam às suas fazendas e roças, onde havia sempre a luta contra as pestes e em caso de não conseguirem tirar da terra o sustento, a possibilidade da fome. Parece que no caso da capela de Santa Rita, São Januário foi perdendo espaço para São Sebastião, pois a festa do santo flechado perdura até os dias atuais, com direito à tríduo e levantamento do mastro. Das 11 imagens, 7 são femininas e 4 masculinas. Há de se pensar porque há predomínio das mulheres nos altares da capela de Santa Rita. Isso se explica por vários motivos, nunca por acaso, já que já pelo corpo da mulher a missão da igreja se fazia realidade social através da moralidade pedagógica da virgindade como forma de após o matrimônio garantir a posteridade familiar. O parto das mulheres era um ritual de passagem para cada uma delas: não havia anestésicos, não havia anti-inflamatórios, não havia



# HISTÓRIA E CULTURAS

vacinas. Assim, a devoção às santas e Maria era uma necessidade: muitas delas representavam a maternidade bem-sucedida ou a virgindade impoluta, caminhos diversos para o corpo colonial da mulher. Afastar o medo era a principal função da devoção aos santos e santas protetores da Igreja Peregrina. Na capela de Santa Rita, as mulheres santificadas protegiam outras mulheres com seus medos e suas dores.

No Quadro 2, indicamos as datas comemorativas dos santos da capela de Santa Rita a fim de demonstrar como a devoção manteve um padrão nos martirologios romanos adotados em Portugal desde a Idade Média e vivenciados nas minas do Serro do Frio/Vila do Príncipe/Serro a partir de 1702. Por que muitos santos e santas perderam espaço no cotidiano da capela de Santa Rita, não mais havendo festas e procissões e nem mesmo devotos ou devotas? Isso mostra que a devoção colonial alterou-se com o passar do tempo, uma vez que a mentalidade serrana também foi se alterando, secularizando-se, modificando os seus costumes. Santos e santas populares perderam aos poucos sua utilidade de proteção; outros e outras foram incorporados, renovando o repertório das devoções. Contudo, algo parece ter se mantido: o templo é o espaço de relação íntima entre os devotos e seus santos, de pedidos e agradecimentos, de alegrias e tristezas, de momentos de dor e silêncio intercalados por festas barulhentas e populares. O templo tornou-se para os serranos um espaço propício para a convivência social, onde o gesto pedagógico colonial ensinava sobre as autoridades nos dois planos da vida, ou dito de outra forma, quem dominava os processos da Igreja Peregrina e da Igreja Triunfante (Fig. 7).

QUADRO 2 – Imagens da Capela de Santa Rita

Capela de Santa Rita					
Imagem (1)	Séc. (2)	Devoção/teologia (3)	Comemoração/século (4)		
			XVIII	XIX	XXI
N. S. da Piedade	XVIII	Jesus, morto, recém descido da cruz, nos braços de sua mãe. Retrata o sacrifício de salvação feito por Jesus e Maria como corredentora. A dor das mães que sofrem por seus filhos, vítimas de sofrimento.	15/09	15/09	15/09
N. S. do Carmo	XVIII, 1ª metade	Desde o séc. XV, a devoção popular no escapulário, um sacramental associado às promessas de ajuda feitas por Maria para a salvação do devoto portador. Segundo a tradição, Maria entregou o escapulário a Simão Stock.	16/07	16/07	16/07
N. S. do Patrocínio	XVIII, meados	Festa em honra da proteção ou patrocínio; no calendário litúrgico atual não se celebram mais festas da referida classe.	3º Dom. Nov.	3º Dom. Nov.	08/09
Santa Bárbara	XIX	De Nicomédia (c.280-c.317),	04/12	04/12	04/12 (5)

# HISTÓRIA E CULTURAS

		virgem e mártir; protetora contra tempestades, raios e trovões.			
Santa Quitéria	XIX	Virgem e mártir, séc. V; padroeira das curas impossíveis.	22/05	22/05	22/05
Santa Rita [de Cássia]	XVIII, 2ª metade	Nascida Margherita Lotti (1381-22/05/1457), freira agostiniana, Espoleto, Itália. Beatificada em 1627, canonizada em 1900. Advogada das causas perdidas e a santa do impossível, protetora das mães e esposas que sofrem pelos maus-tratos dos maridos.	22/05	22/05	22/05
Santa Rita de Cássia	XVIII-XIX	Idem	22/05	22/05	22/05
São Francisco de Assis	XVIII-XIX	Itália, santo italiano fundador das ordens. Padroeiro dos animais e da natureza, santos dos pobres.	04/10	04/10	04/10
São Gonçalo do Amarante	XVIII, 2ª metade	Beato português, dominicano (1187-1262)	10/01(6)	10/01(7)	1º fim de semana julho (8)
São Januário	XVIII	Mártir, séc. III, protetor da peste e patrono de Nápoles, Itália.	19/09	19/09	19/09
São Sebastião	XIX	Mártir romano, protege contra a peste, a fome e a guerra	27/01	20/01	20/01

(1) e (2) – IPHAN. Inventário Nacional de Bens Móveis... Igreja de Santa Rita Serro, 1996.

(3) e (4) – A partir de: Martyrologio dos Santos de Portugal, 1591; Martyrologio Romano Accommodado a todos os dias do anno conforme à nova ordem do calendario, 1591; Gregório XIII, 1583; Gregório XIII, 1582; Indice dos Santos, 1748.

(5) Em 1969, foi removida do calendário litúrgico católico, porque os relatos de sua vida e martírio foram considerados inteiramente fabulosos, sem clareza até sobre o local de seu martírio.

(6) (7) e (8) – Não aparece nos martirologios romanos; considerado um santo local de Portugal; a sua data no calendário litúrgico é 10 de janeiro. As festas de São Gonçalo em Amarante (Portugal) são celebradas no primeiro fim-de-semana do mês de junho.

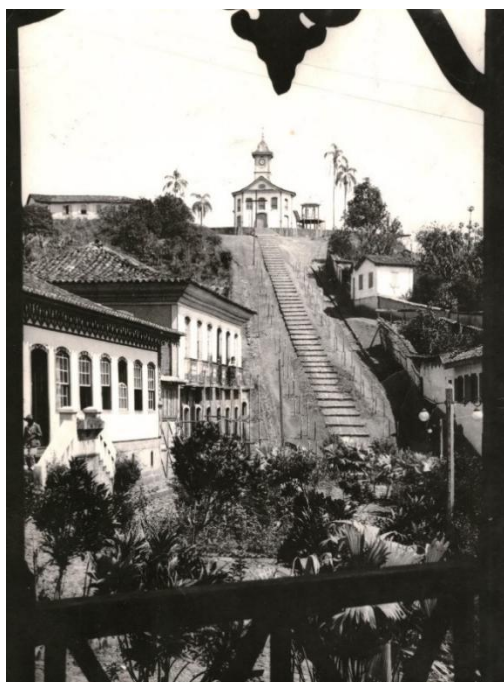


FIGURA 7 – Escadaria da capela de Santa Rita a partir do coreto da Praça João Pinheiro, c.1940. Fonte: ARQUIVO IPHAN SERRO.

## Referências

ARGOLO, José Dirson. *Análise da restauração de pinturas artísticas referenciada na intervenção em painéis de José Joaquim da Rocha*, pertencentes ao acervo da Santa Casa da Misericórdia, Salvador, Bahia. 2014. 513 fl. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Belas Artes, 2014.

ALVES, Marieta. *Dicionário de artistas e artífices da Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Centro Editorial e Didático, Núcleo de Publicações, 1976.

ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN SEÇÃO RIO DE JANEIRO. *Fotografia*. Capela de Santa Rita, cerca de 1938, com seu adro ainda com cruzeiro e coreto.

ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN SEÇÃO RIO DE JANEIRO. *Fotografia*. Capela de Santa Rita, cerca de 1942, vista da Vacaria.

ARQUIVO IPHAN SERRO. *Fotografia*. Escadaria da capela de Santa Rita a partir do coreto da Praça João Pinheiro, c.1940.

BRASILEIRO, Vanessa Borges; DANGELO, André Guilherme Dornelles. *Sentinelas Sonoras de São João del-Rei*. Belo Horizonte: Estúdio 43 –Artes e Projetos, 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Barroco*. 2. ed. Belo Horizonte, n. 16, 1995.

IPHAN. *Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados*. Módulo 5 – Região Diamantina Serro. Igreja de Santa Rita Serro. Belo Horizonte: IPHAN, 1996.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia paulistana*. São Paulo: Duprat & Comp., 1903-1907.

SILVA, Dario Augusto Ferreira da. *Memória sobre o Serro antigo*. Serro: Typographia Serrana, 1928.

VENDRAMINI, Maria do Carmo. Sobre os sinos nas igrejas brasileiras. In: *Musicae Sacrae Brasiliensis*. Roma: Urbaniana University Press, 1981.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Edusp, 2010 [1707].